

DISCUTINDO A HISTÓRIA DOS DEFICIENTES FÍSICOS NO BRASIL E NO MUNDO: DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS: andamento

Jessyk da Cunha¹; Luana de Araújo Carvalho²

RESUMO: A inclusão social e escolar está em voga e vem sendo discutida nos últimos anos e em especial após a consolidação da Declaração dos Direitos Humanos (1948). Nesse contexto, este trabalho, fruto do trabalho de Curso, tem como objetivo discutir o histórico do preconceito de séculos atrás até a sociedade atual, assim como compreender as mudanças que ocorreram, especificamente no que se refere aos deficientes físicos. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica que busca a compreensão desse histórico de direitos e deveres dos deficientes físicos, relevando as leis vigentes e documentos norteadores que surgiram e (re)significaram ideias e conceitos desses sujeitos. Para o desenvolvimento do trabalho baseou-se nos seguintes autores: Mazzotta (1996), Schewinsky (2004), Kutianski e Junior (2010) dentre outros para dialogar sobre o histórico dos DF. Para a compreensão dos paradigmas postos na legislação, mundial e nacional, utilizou-se a Declaração dos Direitos Humanos (1948), carta magna brasileira, Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração de Salamanca (1994), dentre outros. Concluiu-se que em pleno século XXI que mudanças aconteceram, pois os direitos estão redigidos nos documentos legais, porém, na realidade, o preconceito ainda se faz presente e frequentemente julgamos o normal e o anormal, mas afinal o que é ser normal? Seria inteligência, aparência, capacidade motora? Considerando que somos diferentes e que vivemos em uma sociedade cada vez mais excludente e individualista, há que se pensar em qual é o papel da educação e da escola neste processo avassalador que não poupa ninguém.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social. Inclusão Escolar. Deficiente Físico. História.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido abordará um tema que vem sendo discutido a anos, tanto em âmbito nacional como internacional. Trata-se dos direitos e o processo de inclusão dos deficientes, em especial dos deficientes físicos na sociedade.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú. E-mail: jessykcunha2310@gmail.com

² Mestre em Educação pela UFOP. Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú. E-mail: luana@ifc-camboriu.edu.br/luanadaraujo@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é discutir a história dos deficientes físicos, buscando autores como, Mazzotta (1996), Schewinsky (2004), Kutianski e Junior (2010), entre outros que articulem sobre a história e as mudanças em relação as pessoas com deficiência física no meio social e educacional dos últimos dez anos.

Para a discussão de paradigmas referente os direitos e a inclusão social dos deficientes incluindo os DF, utilizou-se documentos legais do âmbito internacional Declaração dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Salamanca (1994), os marcos legais nacionais como Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) dentre outros.

Este trabalho surgiu a partir de uma questão familiar. Meu irmão é deficiente físico e sofreu preconceito tanto na sociedade como no âmbito educacional. Até hoje ainda sofre com preconceitos sutis, como piadinhas e olhares diferenciados para com ele. Busco então compreender os motivos sociais e educacionais da inclusão social e escolar exclusão e do preconceito dos deficientes físicos que acontecem os dias atuais.

O resumo delimita as mudanças sociais, o direito a vida, ao trabalho, a educação, que no início da sociedade greco-romana não existiam, esse período até meados de século XVII muitas mortes aconteceram, a negligência era nítida. A partir desse período Leis surgiram, o direito à vida é fundamental para a sociedade. Porém o trabalho reflete sobre essas mudanças a partir de documentos importantes que relatam os direitos dos deficientes de frequentarem a escola e de cidadão com direitos e deveres, mas ainda hoje existem uma relação de preconceito e exclusão social mesmo sabendo que isso não deveria mais existir.

METODOLOGIA

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa, e de uma análise de pesquisa bibliográfica. O trabalho será desenvolvido através da revisão de literatura articulando as leis nacionais e internacionais e outros autores que falam sobre o tema, buscando entender as expectativas dessas mudanças que vem sendo discutidas a anos. Conforme LUDKE e ANDRÉ (1986) citam, essa análise documental é de grande valor, pois são dados qualitativos que são utilizados para complementar ou obter novas ideias para o tema estudado.

Utilizamos como documentos internacionais: a Declaração de Salamanca, e os nacionais: a Constituição brasileira de 1988, além de outros documentos e autores de artigos, revistas e livros acerca do tema, para pesquisar a realidade social e através desta análise partiremos do pressuposto de que forma essas leis realmente são realizadas no contexto social atualmente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde a época da Grécia antiga, o corpo era visto como um objeto perfeito, forte, preparado para enfrentar situações de guerras. Por muito tempo as

peessoas com deficiência física ou qualquer outra deficiência, eram consideradas marginais, ou seja, um ser obscuro de sabedoria, e sem utilidade na sociedade, e por fim acabavam sendo eliminados. Porém, o Estado só dava apoio aos homens mutilados na guerra pelo fato deles terem honrado a pátria e protegido seu povo.

Na era romana não era diferente, no contexto histórico há indícios de ter sido de forma mais agressiva esse preconceito com os deficientes físicos, pois os romanos viam essa deficiência como “monstruosidade”, ou seja, existiam leis que aceitavam a morte de um bebê mal formado (SÊNECA apud SCHEWINSKY, 2004).

O corpo para os romanos era visto como necessário para o trabalho, precisava-se utilizá-lo, também o corpo era treinado para a guerra e considerado um instrumento de prazer, então era mais um dos motivos para a eliminação dos deficientes.

Somente no ano de 315 d.c, depois do efeito do pensamento cristão, pessoas com deficiência física ou qualquer outra má formação congênita, passaram a serem reconhecidas através da lei de Constantino (KUTIAISKI e JUNIOR, 2010). A igreja católica, no período da Idade média, no advento do cristianismo detinha o poder da sociedade e não permitia que o conhecimento chegasse a população e o preconceito era tido como normal; algo que devia ser escondido da sociedade.

No período renascentista começa a se pensar que a deficiência física era um problema de saúde pública, essa revolução do preconceito aconteceu pelo fato da igreja atingir a decadência por parte da sociedade, os golpes, conflitos e revoltas surgiram com a revolução francesa, mudando o olhar da sociedade para com o cidadão.

No século XVIII, com a revolução industrial surgem às máquinas a vapor que fazem do homem um sujeito subordinado à mão de obra, na verdade essa seleção do homem no mercado de trabalho é inicialmente marcada pela discriminação, entretanto com muita demanda inicia-se a visibilidade do deficiente físico na sociedade. Nesta época ainda, surgiram programas de reabilitação, fazendo com que houvesse a inclusão do deficiente físico no meio profissional. (SCHEWINSKY, 2004).

No século XIX, nos Estados Unidos começaram a providenciar alimentação e local para os fuzileiros que voltaram de guerras com limitações físicas, registros apontam que desde então houve atenção específica para os deficientes físicos, porém partiu do pressuposto da guerra civil que o país enfrentava, fazendo com que o país criasse o Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes.

A partir do século XX, verifica-se o surgimento das primeiras constituições para a proteção e auxílio para todos, pois as pessoas com deficiência passaram a serem vistas como cidadãos com direitos e deveres e com direito a participação na sociedade. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1948 lançou a Declaração dos Direitos Humanos com a seguinte recomendação: “Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. (UNESCO, 1948, p. 3).

Porém no Brasil colônia ainda não existia leis e políticas públicas para as pessoas com deficiência, sendo reconhecido somente na época do Império, onde foram criadas instituições para deficiência visual e deficiência auditiva. Somente em 1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi especializados no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954 no Rio de Janeiro criou-se a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). (MAZZOTA, 1996, p. 75).

Somente em 1988 com a Constituição Brasileira começou a se pensar sobre os direitos dos deficientes no geral com a intenção de dar suporte igualmente a todos como revela o Art. 227 do §1º;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de Deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente. Portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988).

Após essas iniciativas, o governo brasileiro criou também o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que ressalta aos direitos de todos na sociedade, inclusive das crianças, como é citado nos artigos 11 “§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado [...]” e no artigo 54 “III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1990, p. 9; 42).

Novas leis mundiais foram criadas, a Declaração de Salamanca (1994), uma das principais conferências mundiais acerca do tema de necessidades educacionais especiais aconteceu na cidade de Salamanca na Espanha em 1994, sendo até hoje uma referência como apoio de escola para todos que ressalta entre suas recomendações:

[...] instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, na aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como tal, constituem uma importante contribuição ao programa que visa a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3).

Depois de muitas iniciativas, mudanças foram surgindo no Brasil, foram criadas leis, constituições para reflexão e mudança do preconceito e igualar a igualdade para todos. A APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, surgiu para ajudar a desenvolver os deficientes para viver na sociedade, porém em sua *home page* na internet a APAE explica que suas raízes culturais e históricas referente ao fenômeno “deficiência” foi marcada durante anos por rejeição, preconceito e discriminação. A *home page* da APAE, relata que no pudessem ser incluídos na sociedade, com todos os direitos que caem sobre eles e outros cidadãos.

A APAE trabalha com crianças, adolescentes e adultos, e desenvolvem atividades para que eles possam no cotidiano social conviver com todos,

podendo exercer de seus direitos como qualquer outra pessoa que convive e interage no meio social, lutando para que a escola regular se torne um local para a educação inclusiva. Mas a APAE entende que essa inclusão deve ser feita de forma processual e que as escolas estejam preparadas para a inclusão dessas crianças e jovens, não apenas na parte de recursos de acessibilidade para os deficientes físicos e outras deficiências, mas na relação professor-aluno, na formação de professores para dar suporte adequado para as crianças na parte intelectual e motora.

Ao pensarmos em exclusão como um processo social, precisamos compreender que essa exclusão está enraizada em uma sociedade que mesmo com suas grandes mudanças vivencia situações e movimentos de décadas atrás, pois as mudanças ocorreram para adaptações, mas algumas concepções nunca mudaram. A sociedade está centralizada nas suas próprias regras, sendo essas que na sua lógica que já vem impregnada há séculos pelas sociedades passadas.

Não podemos esquecer toda a repressão que os deficientes físicos passaram nas sociedades passadas, mas na sociedade atual sabemos que a exclusão e o preconceito ainda existem, e prevalece pois foi passado de geração em geração durante séculos e ainda reflete na sociedade de hoje.

Enfim, ao buscar a história da deficiência na antiguidade, percebe-se que algumas situações ainda prevalece na sociedade atual, a busca por evitar a exclusão de pessoas com deficiência física na sociedade continua a milhares de anos, e sabemos que não tem dia para acabar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que em pleno século XXI que mudanças aconteceram, pois os direitos estão redigidos nos documentos legais, porém, na realidade, o preconceito ainda se faz presente e frequentemente julgamos o normal e o anormal, mas afinal o que é ser normal? Seria inteligência, aparência, capacidade motora? Considerando que somos diferentes e que vivemos em uma sociedade cada vez mais excludente e individualista, há que se pensar em qual é o papel da educação e da escola neste processo avassalador que não poupa ninguém.

Concluimos então que os grupos excluídos estão lutando por seus direitos perante a sociedade contra o preconceito, por respeito, integridade social, por espaço, por direito de ir e vir, falar, trabalhar, estudar, e muitos ainda acabam sendo vítimas de representação estigmatizante.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS EXCEPCIONAIS – APAE. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br>. Acessado em 13 de Janeiro de 2015.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. São Paulo.

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 7 à 10 de Junho, 1994.

KUTIANSKI, Felipe Augusto Tavares. JUNIOR, André Geraldo Brauer. **Da antiguidade a contemporaneidade: Uma revisão histórica do preconceito as deficientes físicos na sociedade.** Cadernos da Escola de Educação e Humanidades, n. 05, 2010. Disponível em: <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/educacaoehumanidades/article/view/521>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Política Públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

SCHEWINSKY, S. R. **A barbárie do preconceito contra o deficiente – todos somos vítimas.** ACTA FISIÁTR. 2004.

UNESCO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIENCIA E A CULTURA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Guanabara Kangoo, 1998.